

Yanomamis, em conflito na Serra

Deputados e garimpeiros se unem para discutir um novo Código de Mineração na Amazônia

# Deputados conhecem a mineração

*Correio Brasileiro 20-10-85*  
Visita aos pontos de conflito antecede elaboração do Código

Durante três dias e meio, deputados da Comissão de Minas e Energia da Câmara percorreram 3.100 km do Amazonas e de Roraima, em oito horas de voo de um "Búfalo" da FAB, para conhecerem de perto um garimpo de ouro e uma grande mina de estanho, uma usina hidrelétrica em construção e a Serra dos Surucucus — onde vivem índios Yanomami — para se informarem melhor dos problemas minerais do País, diante da aprovação em breve de um novo Código de Mineração.

A comitiva de 12 deputados encabeçada pelo presidente da Comissão, deputado Marcos Lima (PMDB-MG), esteve no garimpo de "Rosa de Maio", ao sul de Manaus, na região do Tapajós; na usina hidrelétrica de Balbina, que abastece Manaus, hoje dependente de termelétrica a óleo diesel; na usina do Pitinga, do grupo Paranapanema, maior produtora de estanho do mundo; e na reserva indígena dos Yanomamis, em Roraima, para onde os garimpeiros querem voltar e garimpar cassiterita.

Foi a segunda viagem da Comissão à Amazônia, para conhecer, in loco, os problemas e projetos minerais e energéticos em andamento. Na primeira vez, os deputados visitaram o projeto Trombetas, de bauxita,

no Pará; a hidrelétrica de Tucuruí; a fábrica de Alumina em São Luis, que industrializa a bauxita de Trombetas, com a energia de Tucuruí; o projeto da Serra dos Carajás — maior província mineral do mundo — e o porto de Itaqui, no Maranhão, por onde o minério é exportado.

Integrada por deputados de diferentes regiões e partidos, a delegação da Comissão de Minas e Energia esteve em contato direto com realidades diferentes e contrastantes, que mostraram a extensão e profundidade dos problemas, mas também as soluções. O deputado Marcos Lima disse que a Comissão quer conhecer melhor os problemas de mineração e energia e que a viagem desta semana ao Amazonas e Roraima englobou os pontos polêmicos — garimpo, mineração empresarial e mineração em áreas indígenas — e, portanto, foi uma viagem "útil e proveitosa e cada um de nós pôde se posicionar de acordo com seu enfoque pessoal. O certo é que a Amazônia é a grande fronteira mineral brasileira, como foi Minas no século XVIII".

A comitiva de deputados foi também integrada por jornalistas, um dos quais o enviado especial do C O R R E I O BRAZILIENSE, Luiz Adolfo Pinheiro.

## Ouro no "Rosa de Maio"

A 450 Km ao Sul de Manaus, não muito longe do Rio Tapajós, algumas centenas de garimpeiros vivem num acampamento de madeira e bateiam os barancos e pequenos igarapés da região em busca de ouro. Implantado há anos naquele ponto, o garimpo de "Rosa de Maio" atraiu uma empresa que chegou a transportar uma draga, hoje abandonada. A empresa desistiu do projeto e foram os garimpeiros, individualmente, que vieram mais tarde para prosseguir o trabalho.

Os deputados tiveram uma reunião com os garimpeiros no salão de madeira que funciona como refeitório, bar e local de bate-papo dos trabalhadores nos momentos de folga. José Maria, o Kalu, de 66 anos conta que trabalha com garimpo desde 1939 e só agora conseguiu comprar máquina para mecanizar o seu trabalho, que faz em parceria com outros. Do seu relato e da intervenção de outros garimpeiros — juntamente com os de José Altino Machado, "dono da pista" de aviação e de Eliezer Juca Soares, que se diz coordenador amazônico do Sindicato Nacional dos Garimpeiros — vão surgindo números, relatos e informações que permitem aos deputados um conhecimento mais próximo da realidade dos garimpos da Amazônia.

Nesse encontro dos deputados com os garimpeiros, em "Rosa de Maio", ficou clara a complexidade do problema. Os garimpeiros não têm qualquer assistência médica, previdenciária ou trabalhista. Em com-

pensação, ninguém paga imposto nem contribuição de seguro social. É uma atividade marginal, quase clandestina, com números difíceis: talvez 30 mil na região do Tapajós, talvez 200 mil em toda a Amazônia. É também difícil saber a produção, pois os dados são negativos. Eliezer Jucá denunciou aos deputados que a Caixa Econômica paga só pelo ouro, mas fica com outros minérios nobres que estão misturados, como o paládio. "Há Cr\$ 300 bilhões em paládio dos garimpeiros que a CEF não pagou", afirmou Eliezer.

O geólogo João Orestes Schneider, Santos, da CPRM, baseado em Manaus e presente ao encontro, forneceu dados sobre a riqueza da província aurífera amazônica, que começa em Roraima e vai até o Mato Grosso. Ele diz que 80 por cento da produção brasileira de ouro de 1984, de 54 toneladas, foi oriunda de garimpos. Embora defendendo os garimpeiros, ele também se diz favorável à mineração empresarial, por entender que os meios rudimentares do garimpo não podem penetrar fundo nem retirar ouro de outros depósitos.

Os deputados da Comissão, de modo geral, comentaram que o novo Código de Mineração terá de combinar a exploração empresarial com a situação dos garimpeiros, traçando linhas claras e limites entre as partes, para evitar conflitos e suprir as necessidades dos garimpeiros, cuja exploração e desassistência impressionaram vivamente os parlamentares federais.

## A esperança em Balbina Serra de índio e cassiterita

A 180 km a nordeste de Manaus, na margem do rio Uatumã, afluente do Negro, está sendo construída desde 1981 pela Elettronorte a usina hidrelétrica de Balbina, cuja capacidade será de 250 mil Kw quando for inaugurada, em 1988. A importância dessa usina é decisiva para o abastecimento de Manaus, uma cidade inteiramente dependente de energia produzida por geradores a óleo diesel, que consomem por ano Cr\$ 300 bilhões de derivados de petróleo.

Segundo o diretor da Elettronorte, Kerman Machado, em sua exposição aos deputados da Comissão de Minas e Energia, Balbina sofreu diversos adiamentos no seu cronograma de obras por falta de verbas. A usina já deveria estar em produção, o que teria aliviado a Elettronorte de pesados ônus financeiros que estariam aplicados em outros pon-

tos de necessidade da Amazônia, especialmente em Rondônia e Acre.

Embora sendo uma obra cara — já está em cerca de 670 milhões de dólares — Balbina é rapidamente paga por si mesma, só pela economia que vai proporcionar ao País com o fim da importação de petróleo para a usina termelétrica atual de Manaus.

Em Balbina, em plena selva amazônica, trabalham 4.500 pessoas que, com suas famílias, completam 12 mil pessoas numa comunidade que dispõe de escolas, alojamento, refeitórios e o conforto de um acampamento moderno.

Devido à natureza plana da região, o reservatório de Balbina vai inundar área de 25 mil hectares. Nenhuma empresa se interessou pela extração gratuita da madeira a ser inundada, alegando custos altos de transporte.

## Estanho, a maior mina

A 180 km ao norte de Balbina — e a 350 km de Manaus — encontra-se o rio Pitinga, em cuja região o grupo Paranapanema lavra as maiores reservas brasileiras conhecidas de cassiterita, cujas 17 frentes formam a maior mina de estanho do mundo, com uma produção que representa 10 por cento da mundial: 1.500 toneladas mensais.

Os deputados da Comissão foram recepcionados por Otávio Lacombe, diretor do grupo Paranapanema que tem minas em produção no sul do Amazonas (cassiterita de Igarapé-Preto), Pará (ouro) e Rondônia (cassiterita).

Ele explicou que a empresa é genuinamente nacional, recebeu direitos de lavra no final dos anos 70 e começou os trabalhos em 1982, beneficiados pelo fato de que o teor médio é de 3,5 kg de estanho por metro cúbico, contra apenas 300 gramas na Malásia, maior produtor mundial.

Segundo Lacombe, não tendo recursos externos, a empresa teve pressa na produção a fim de exportar e levantar capital para os investimentos necessários. Com isso, a produção quintuplicou em apenas três anos e o Brasil passou de importador a exportador. No ano passado, foi o quarto produtor mundial e, em 1985, será o segundo. Até final deste ano, o grupo Paranapanema estará produzindo 16 mil toneladas de estanho que, só de Imposto Único de Minerais, recolhem 18 milhões de dólares.

O diretor da Paranapanema disse aos deputados nada ter contra os garimpeiros, mas contra os que invadem áreas cujas lavras estão concedidas pelo poder público. Ele disse que o seu grupo quer o respeito à lei: "Estamos inves-

tindo cada vez mais em pesquisa de risco e, por isso, achamos que as regras têm de ser respeitadas", afirmou Lacombe.

O gerente da usina, geólogo Cesar Gulari Filho, disse que Pitinga tem reservas de 290 mil toneladas, divididas em duas áreas principais e capazes de produzir durante os próximos 30 anos. Pitinga tem usina própria de energia, de 4 mil kw, à base de madeira oriunda das árvores desmatadas para a mineração. A 100 km da mina, em terras devolutas cedidas pelo Incra, está em construção uma hidrelétrica de 10 mil kw, que custou 18 milhões de dólares e estará em operação em abril.

A área total da lavra de cassiterita de Pitinga é de cerca de 250 km quadrados e fica vizinha da vasta reserva dos índios Waimiri-Atroari, que tem fantásticos 20 mil km quadrados para uma população indígena difícilmente superior a 400 pessoas. A ligação rodoviária, Pitinga-Manaus, por onde escoam a produção de estanho, atravessa 50 km da reserva e, dentro dela, encontra a rodovia Manaus-Boa Vista, que cruza 120 km da reserva indígena. Para evitar incidentes — atóis inexistentes nos últimos anos — o DNER e a Funai só permitem o tráfego rodoviário nessa reserva no período das 8 às 18 horas.

Pitinga impressionou favoravelmente os deputados, tanto pelo vulto do projeto mineral, energético e econômico quanto pelo seu sentido social. Segundo comentários de parlamentares, a Amazônia é vasta e rica o suficiente para a implantação de um modelo mineral que satisfaça aos diversos interesses, sem criar conflitos entre ambos.

A 400 km a oeste de Boa Vista, quase na divisa de Roraima com a Venezuela, fica a imponente e bonita serra dos Surucucus, última etapa da viagem de estudos da Comissão. Em torno dessa vasta área montanhosa e coberta de florestas, encontram-se dois ingredientes de uma situação de conflito: índios Yanomami e reservas de cassiterita. O outro ingrediente — os garimpeiros — foi expulso de lá há dez anos e encontra-se bem longe, mas pressionando para voltar às grandes riquezas da serra.

O alto da serra é um grande platô, onde existe uma pista precária, um posto da Funai e uma maloca de 40 índios Yanomami. O "Buffalo" da FAB desce na pista e, logo ao parar, é cercado por algumas índias, índios e curumins.

Francisco Bezerra, chefe do posto da Funai desde 1976, recebe os parlamentares e diz que são índios primitivos, mas pacíficos, que vivem entre Brasil e Venezuela, dedicados ao cultivo da banana e mandioca, principalmente. A caça e a pesca não são muito fartas na região. Ele afirma que existem de três mil a quatro mil Yanomami na área do posto e que ele, pessoalmente, já contou 75 malocas na serra.

Com ênfase, ele critica a passagem anterior de garimpeiros na serra e condena veementemente a idéia de reabrir Surucucus para o garimpo. Depois de informar que numerosos índios estão com crupe, contraída de deputados da Comissão do Índio que andaram pela serra há dois meses, Bezerra diz que a região não é rica em cassiterita, pois a Docegeol já estava e foi embora e os 500 garimpeiros há dez anos, "tiraram só 700 toneladas de estanho em um ano e meio de trabalho". Bezerra insiste em que a terra é dos Yanomami e que abrir o garimpo é provocar conflitos e até guerra com os índios.

A visita a Surucucus mostrou um problema complexo. Na volta a Boa Vista, os deputados foram procurados por José Altino Machado, que já esperava o "Buffalo" no aeroporto. Ele queria que os parlamentares participassem de reunião dos garimpeiros, que desejam a reabertura da serra. Consultados, os deputados recusaram a ir, exceto João Batista Fagundes, eleito por Roraima. Os demais alegaram serem convidados do governador Getúlio Cruz para jantar.

Getúlio Cruz, ao final, disse aos deputados que deseja a exploração econômica das riquezas de Roraima, um território que tem 230 mil quilômetros quadrados (tamanho de São Paulo), com 150 mil habitantes, dos quais 20 mil índios. E disse que das áreas da Funai em todo o território, só um terço está apto ao aproveitamento.